

Notícias do dia 18 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO

Caiado celebra certificação da CGE Goiás por órgão internacional.....3

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO

45 anos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.....4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Matérias que tratam do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego.....5

AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Governo recebe certificado do Banco Mundial por programa de Compliance.....7

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Projetos que tratam do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego..... 8

PORTAL SERRA DOURADA NEWS - ONLINE - GO - ÚLTIMAS
TCE - GO

Goiás: Projetos que tratam da criação do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego e recebe
aprovação em 1ª votação..... 10

TRIBUNAL DE CONTAS DO CEARÁ - CE - NOTÍCIAS
TCE - GO

Comitês do Instituto Rui Barbosa abordam experiências durante Reuniões no VIII Encontro
Nacional dos Tribunais de Contas..... 12

Caiado celebra certificação da CGE Goiás por órgão internacional

O Governador Ronaldo Caiado participou na quinta-feira (17/11), no auditório do Tribunal de Justiça de **Goiás**, em **Goiânia**, do Seminário "Auditoria Interna IA-CM: Fortalecimento da Gestão Pública! Durante o evento, a Con-troladoria-Geral do Estado de **Goiás** (**CGE-GO**) recebeu o certificado nível 2 do Modelo de Capacidade de Controle Interno (IA-CM), concedido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) e pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), parte do Banco Mundial.

A CGE **Goiás** é a segunda entidade pública brasileira a alcançar o certificado. No Brasil, até então, somente a Con-troladoria do Distrito Federal havia alcançado o nível 2 do IA-CM. Ao falar do resultado, o governador Ronaldo Caiado lembrou do Programa de Compliance Público, que teve grande contribuição para a certificação. "**Goiás** receber o nível 2 é motivo de muito orgulho. E não é o governador que merece os aplausos, mas os servidores da nossa CGE" reconheceu.

De acordo com o chefe do Executivo estadual, "ações como esta estão ligadas àquilo que é fundamental para termos um Estado que seja ainda mais respeitoso com seus 7,3 milhões de goianos" sublinhou. Caiado fez questão de ressaltar que a conquista é compartilhada também com o Tribunal de Justiça (TJGO), a Assembleia Legislativa (**Alego**), Ministério Público de **Goiás** (MPGO), tribunais de Contas do Estado (**TCE**) e dos Municípios (TCM) e a Defensoria Pública (DPE).

O seminário em **Goiás** tem como objetivo discutir os impactos e resultados da auditoria interna para o avanço da administração pública. O IA-CM para o setor público, desenvolvido pelo Instituto Internacional dos Auditores Internos (IIA) com apoio do Banco Mundial, é uma ferramenta global que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna efetiva e estratégica para fortalecer a atividade de auditoria governamental.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20221118&p=1>

45 anos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

Comemorar e agradecer: essa é a ordem do dia neste 18 de novembro, data de aniversário do nosso **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCMGO), criado em 1977, no governo de Irapuan Costa Júnior, a quem rendemos homenagem pela sensibilidade, visão e iniciativa.

De criador a presidente do tribunal, o ex-governador e conselheiro aposentado, Irapuan, recebe o nosso louvor. Em seu nome, registramos nosso tributo a todos aqueles que deram, em algum momento, sua contribuição para a existência e funcionamento do TCMGO até os dias de hoje.

Comemoramos os 45 anos do tribunal com os mais sinceros agradecimentos aos que nos confiaram a missão de presidir essa instituição, que tem trabalhado competentemente, ao longo desse tempo, na tarefa de fiscalizar, orientar e qualificar as administrações públicas.

Passamos por grandes provas nesses últimos anos, principalmente no angustiante período da pandemia. Mas com a resiliência, determinação, capacidade e a fé, conseguimos superá-las e seguir em frente. Precisamos reconhecer que, apesar das dificuldades impostas pela grave situação sanitária, o tribunal soube se renovar e incorporar importantes avanços à sua função constitucional de órgão fiscalizador e orientador.

Orgulha-nos vivenciar essas conquistas, que se traduzem no aperfeiçoamento da gestão pública, em proveito dos cidadãos dos 246 municípios goianos. Precisamos lembrar, também, que, fruto do reconhecimento da importância de nossa instituição, chegamos à direção do **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios, protagonismo que distingue Goiás em nível nacional e internacional.

Nossa comemoração é uma moção de gratidão a todos que, no presente e no passado, atuam e atuaram no tribunal, com responsabilidade, talento e dedicação, na busca incessante de fazer sempre mais e melhor na prestação dos devidos serviços à sociedade. Que possamos celebrar as conquistas até aqui com as mãos na obra, pelo muito que ainda precisará ser feito.

Parabéns, conselheiros, conselheiros-substitutos, procuradores, servidores, jurisdicionados e demais cidadãos que têm colaborado para transformar o **Tribunal de Contas de Goiás** em um órgão de referência, respeitado e reconhecido por sua idoneidade e eficiência. Parabéns, TCMGO!

*Joaquim Alves de Castro Neto é conselheiro e presidente do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCMGO).

Site: <https://www.aredacao.com.br/artigos/178036/45-anos-do-tribunal-de-contas-dos-municipios-do-estado-de-goias>

Matérias que tratam do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego

Dois projetos do Governo que convergem para colocar em prática a criação de fundo de infraestrutura com contribuição paga pelo agronegócio, o Fundeinfra, dominaram os debates na **Alego**, nos últimos dias. Nessa quinta-feira, 17, duas sessões plenárias e uma reunião extra da CCJ foram realizadas para que as proposições pudessem avançar na Assembleia. As matérias foram aprovadas pelo Plenário, em 1ª fase, e deverão ser apreciadas, em 2ª votação, na sessão ordinária de terça-feira, 22, que será realizada de forma presencial.

Em mais um dia bastante movimentado no Palácio Maguito Vilela, a Assembleia Legislativa encerrou, nessa quinta-feira, 17, as deliberações da semana. No fim da noite de ontem, os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22, protagonistas dos debates na **Alego** nos últimos dias, terminaram aprovados pelo Plenário, em primeira fase de votação, durante a sessão extraordinária. As duas matérias são do Governo e convergem para colocar em prática a criação de fundo de infraestrutura com contribuição de até 1,65% paga pelo setor do agronegócio, o Fundeinfra. Representantes da agropecuária goiana acompanharam as votações de dentro das galerias do plenário Iris Rezende.

Após o fim das deliberações, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), convocou uma sessão ordinária presencial para a terça-feira, 22, em horário regimental, às 15 horas. Na ocasião, os parlamentares deverão apreciar essas duas proposições em segunda e definitiva fase. Ou seja, para que as matérias estejam aptas a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (UB), elas precisam receber o aval do Plenário, em mais uma votação.

O projeto de lei nº 10803/22 visa criar o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) na **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). Já a proposição de nº 10804/22 tem o objetivo de alterar a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE), a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997, e a Lei nº 13.453, de 16 de abril de 1999, que tratam de matéria tributária. Conforme a propositura, o objetivo é instituir contribuição facultativa a um fundo destinado a investimento em infraestrutura.

Ambos os projetos foram aprovados com 22 votos

favoráveis e 16 contrários. Votaram a favor os seguintes parlamentares: Álvaro Guimarães (UB), Bruno Peixoto (UB), Dr. Antonio (UB), Rubens Marques (UB), Talles Barreto (UB), Tião Carço (UB), Virmondes Cruvinel (UB), Amilton Filho (MDB), Charles Bento (UB), Francisco Oliveira (MDB), Lucas Calil (MDB), Thiago Albernaz (MDB), Zé da Imperial (MDB), Cairo Salim (PSD), Max Menezes (PSD), Wilde Cambão (PSD), Coronel Adailton (PRTB), Dr. Fernando Curado (PRTB), Julio Pina (PRTB), Jeferson Rodrigues (Republicanos), Rafael Gouveia (Republicanos) e Henrique César (PSC).

Além do presidente Lissauer Vieira, o grupo contrário contou, ainda, com os votos dos seguintes deputados: Antônio Gomide (PT), Delegada Adriana Accorsi (PT), Alysson Lima (PSB), Amauri Ribeiro (UB), Sérgio Bravo (PSB), Helio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PL), Zé Carapô (Pros), Cláudio Meirelles (PL), Delegado Humberto Teófilo (Patriota), Delegado Eduardo Prado (PL), Paulo Cezar Martins (PL), Chico KGL (UB), Paulo Trabalho (PL) e Gustavo Sebba (PSDB).

Durante as discussões parlamentares, o presidente Lissauer Vieira subiu à tribuna para defender seu posicionamento contrário às iniciativas. Em discurso emocionado, disse aos presentes vivenciar, com tristeza, a taxaço do setor do agronegócio. "Essas pessoas não têm medo de arriscar e estão aqui, hoje, porque estão preocupados com o futuro".

E continuou: "Não é fácil produzir grãos, gerar renda, gerar divisas. Vocês estão aqui porque estão com o coração doendo. Será que nós [parlamentares] vamos atrapalhar?". Lissauer Vieira acrescentou que essa 19ª Legislatura da **Alego** contribuiu, de forma decisiva, para aprovar outras medidas enviadas pelo Governo, com o objetivo de equilibrar as finanças do estado, e pediu apoio aos demais deputados para que votassem contra os projetos.

Outros posicionamentos

Durante a tarde e a noite dessa quinta-feira, os parlamentares se dedicaram às discussões acerca das proposições que convergem para a criação do Fundeinfra. O deputado Helio de Sousa (PSDB), por exemplo, afirmou acreditar que a cobrança, a qual classificou como "injustificável", irá sobretaxar o setor

do agronegócio. Além disso, contestou a justificativa governamental de que a proposta seria necessária pela queda na arrecadação de tributos. "As estatísticas mostram que não há essa perda de recursos. É um projeto que não tem fundamento". O parlamentar pontuou, ainda, sobre a forma de cobrança da contribuição, prevista nas proposições. "Trata-se de uma contribuição compulsória, uma vez que aquele produtor rural que não aderir perderá incentivos fiscais", frisou.

Do lado da defesa da iniciativa, o líder do Governo no Parlamento goiano, Bruno Peixoto, argumentou que o Fundeinfra trará melhorias ao estado. "O projeto entregue pela Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e pelo Fundo para o Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepac) ao Governo de **Goiás** mostra, com muita clareza, os recursos que o nosso estado necessita para a recuperação de vias, pavimentadas e não pavimentadas, de pontes a serem recuperadas e construídas, pois sabemos que para suportarem máquinas agrícolas e caminhões, precisam ser reforçadas, e, assim, o nosso governo vai agir", ponderou Bruno Peixoto.

Na ocasião, o líder governista reforçou, ainda, a seriedade do Executivo estadual, que visa, na perspectiva do parlamentar, beneficiar a população goiana. "Essas ações, nesse primeiro momento, parecem ser difíceis, mas não tenham dúvidas de que dentro de quatro anos aqueles que, ora nos vão, estarão nos aplaudindo, porque vamos recuperar toda a malha viária do estado de **Goiás**, assim como fizemos em outras áreas".

Sessão ordinária presencial

No início da tarde dessa quinta-feira, em sessão ordinária comandada pelo presidente Lissauer Vieira, dois projetos do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** receberam sinal verde para sanção. Ambos seguem, agora, para análise da Governadoria e possível sanção. Um pacote contendo 22 matérias com pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) também foi aprovado na Ordem do Dia. As proposições em questão seguem para a análise nas respectivas comissões temáticas.

Um deles, o de nº 10769/22, visa promover modificações na estrutura do **TCE**. O objetivo é criar a unidade administrativa denominada Chefia de Gabinete para conselheiros, auditores e procuradores de contas. O texto ressalta que não haverá qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal. No placar eletrônico, foram registrados 28 votos, todos favoráveis.

O outro, protocolado sob o nº 770/22, propõe instituir

o regime de distribuição aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores e conselheiros que integram a referida Corte. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio dos processos de contas, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal, estabelecido para o modelo atual.

Foi ainda durante a sessão ordinária realizada na quinta-feira, 17, que o presidente Lissauer convocou uma reunião extraordinária da CCJ e uma sessão plenária extra para logo após as deliberações do colegiado. As convocações foram feitas a pedido do líder do Governo, deputado Bruno Peixoto, para que os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22 pudessem avançar na **Alego**. Isso porque, no início da tarde desse mesmo dia, as duas proposições se encontravam sob a análise da CCJ. As propostas precisaram ser enviadas ao colegiado após deputados apresentarem emendas durante a sessão extraordinária realizada na quarta-feira, 16.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/128409/materias-que-tratam-do-fundeinfra-avancam-no-plenario-da-alego>

Governo recebe certificado do Banco Mundial por programa de Compliance

O governo de **Goiás** recebeu do Banco Mundial e do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) o certificado nível 2 do Modelo de Capacidade de Controle Interno. **Goiás** é o segundo estado a receber o reconhecimento, fruto do trabalho do programa Compliance adotado no início do governo de Ronaldo Caiado. O assunto foi destaque do jornal O Mundo em Sua Casa desta sexta-feira (18).

O governador participou da solenidade, realizada nesta quinta-feira (17) no auditório do Tribunal de Justiça de **Goiás**, em **Goiânia**, durante seminário organizado pela Controladoria-Geral do Estado de **Goiás (CGE-GO)**. "Nós somos o primeiro estado a fazer algo que não existia, que é o Compliance Público. Isso é como na medicina preventiva, que antes de ter a doença você corrige para que não tenha", comentou Caiado no evento.

O seminário contou ainda com a presença do gerente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, Joseph Kizito, que elogiou o governo goiano pela implantação do programa Compliance. Também participaram do evento representantes do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Ministério Público do Estado (MPE) e do Tribunal de Justiça (TJ), entre outros.

ABC Digital

Site: <https://www.abc.go.gov.br/noticias/governo-recebe-certificado-do-banco-mundial-por-programa-de-compliance.html>

Projetos que tratam do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego

Em mais um dia bastante movimentado no Palácio Maguito Vilela, a Assembleia Legislativa encerrou, nesta quinta-feira, 17, as deliberações da semana. No fim da noite, os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22, protagonistas dos debates na **Alego** pelo segundo dia consecutivo, terminaram aprovados pelo Plenário, em primeira fase de votação, durante a sessão extraordinária. As duas matérias são do Governo e se convergem para colocar em prática a criação de fundo de infraestrutura com contribuição de até 1,65% paga pelo setor do agronegócio, o Fundeinfra. Elas precisam receber o aval do Plenário, em mais uma votação, para que estejam aptas a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (UB). Após o fim das deliberações, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), convocou uma sessão ordinária presencial para a terça-feira, 22.

O projeto de lei nº 10803/22 visa criar o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) na **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). Já a proposição de nº 10804/22 tem o objetivo de alterar a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE), a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997, e a Lei nº 13.453, de 16 de abril de 1999, que tratam de matéria tributária. Conforme a propositura, o objetivo é instituir contribuição facultativa a um fundo destinado a investimento em infraestrutura.

Ambos os projetos foram aprovados com 22 votos favoráveis e 16 contrários. Votaram a favor os seguintes parlamentares: Álvaro Guimarães (UB), Bruno Peixoto (UB), Dr. Antonio (UB), Rubens Marques (UB), Talles Barreto (UB), Tião Caroço (UB), Virmondos Cruvinel (UB), Amilton Filho (MDB), Charles Bento (UB), Francisco Oliveira (MDB), Lucas Calil (MDB), Thiago Albernaz (MDB), Zé da Imperial (MDB), Cairo Salim (PSD), Max Menezes (PSD), Wilde Cambão (PSD), Coronel Adailton (PRTB), Dr. Fernando Curado (PRTB), Julio Pina (PRTB), Jeferson Rodrigues (Republicanos), Rafael Gouveia (Republicanos) e Henrique César (PSC).

Além do presidente Lissauer Vieira, o grupo contrário contou, ainda, com os votos dos seguintes deputados: Antônio Gomide (PT), Delegada Adriana Accorsi (PT), Alysson Lima (PSB), Amauri Ribeiro (UB), Sérgio Bravo (PSB), Helio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PL), Zé Carapô (Pros), Claudio Meirelles (PL),

Delegado Humberto Teófilo (Patriota), Delegado Eduardo Prado (PL), Paulo Cezar Martins (PL), Chico KGL (UB), Paulo Trabalho (PL) e Gustavo Sebba (PSDB).

Durante as discussões parlamentares, o presidente Lissauer Vieira subiu à tribuna para defender seu posicionamento contrário às iniciativas. Em discurso emocionado, disse aos presentes vivenciar, com tristeza, a taxação do setor do agronegócio. "Essas pessoas não têm medo de arriscar e estão aqui, hoje, porque estão preocupados com o futuro".

E continuou. "Não é fácil produzir grãos, gerar renda, gerar divisas. Vocês estão aqui porque estão com o coração doendo. Será que nós [parlamentares] vamos atrapalhar?". Lissauer Vieira acrescentou que essa 19ª Legislatura da **Alego** contribuiu, de forma decisiva, para aprovar outras medidas enviadas pelo Governo, com o objetivo de equilibrar as finanças do estado, e pediu apoio aos demais deputados para que votassem contra os projetos.

Outros posicionamentos

Durante todo o dia, os parlamentares se dedicaram às discussões acerca das proposições que se convergem para a criação do Fundeinfra. O deputado Helio de Sousa (PSDB), por exemplo, afirmou acreditar que a cobrança, a qual classificou como "injustificável", irá sobretaxar o setor do agronegócio. Além disso, contestou a justificativa governamental de que a proposta seria necessária pela queda na arrecadação de tributos. "As estatísticas mostram que não há essa perda de recursos. É um projeto que não tem fundamento". O parlamentar pontuou, ainda, sobre a forma de cobrança da contribuição, prevista nas proposições. "Trata-se de uma contribuição compulsória, uma vez que aquele produtor rural que não aderir perderá incentivos fiscais", frisou.

Do lado da defesa da iniciativa, o líder do Governo no Parlamento goiano, Bruno Peixoto, argumentou que o Fundeinfra trará melhorias ao estado. "O projeto entregue pela Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e pelo Fundo para o Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepéc) ao Governo de **Goiás** mostra, com muita clareza, os recursos que o nosso estado necessita para a recuperação de vias, pavimentadas e não pavimentadas, de pontes a serem

recuperadas e construídas, pois sabemos que, para suportarem máquinas agrícolas e caminhões, precisam ser reforçadas, e, assim, o nosso governo vai agir", ponderou Bruno Peixoto.

Na ocasião, o líder governista reforçou, ainda, a seriedade do Executivo estadual, que visa, na perspectiva do parlamentar, beneficiar a população goiana. "Essas ações, nesse primeiro momento, parecem ser difíceis, mas não tenham dúvidas de que dentro de quatro anos aqueles que, ora nos vão, estarão nos aplaudindo, porque vamos recuperar toda a malha viária do estado de **Goiás**, assim como fizemos em outras áreas".

Sessão ordinária presencial

No início da tarde, em sessão ordinária comandada pelo presidente Lissauer Vieira, dois projetos do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** receberam sinal verde para sanção. Ambos seguem, agora, para análise da Governadoria e possível sanção. Um pacote contendo 22 matérias com pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) também foi aprovado na Ordem do Dia. As proposições em questão seguem para a análise nas respectivas comissões temáticas.

Um deles, o de nº 10769/22, visa promover modificações na estrutura do órgão. O objetivo é criar a unidade administrativa denominada Chefia de Gabinete para conselheiros, auditores e procuradores de contas. O texto ressalta que não haverá qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal. No placar eletrônico, foram registrados 28 votos, todos favoráveis.

O outro, protocolado sob o nº 770/22, propõe instituir o regime de distribuição aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores e conselheiros que integram a referida Corte. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio dos processos de contas, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal, estabelecido para o modelo atual.

Foi ainda durante a sessão ordinária que o presidente Lissauer convocou uma reunião extraordinária da CCJ e uma sessão plenária extra para logo após as deliberações do colegiado. As convocações foram feitas a pedido do líder do Governo, deputado Bruno Peixoto, para que os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22 pudessem avançar na **Alego**. Isso porque, no início da tarde dessa quinta-feira, 17, as duas proposições se encontravam sob a análise da CCJ. As propostas precisaram ser enviadas ao colegiado após

deputados apresentarem emendas durante a sessão extraordinária dessa quarta-feira, 16.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/projetos-que-tratam-do-fundefinfra-avancam-no-plenario-da-alego/>

Goiás: Projetos que tratam da criação do Fundeinfra avançam no Plenário da Alego e recebe aprovação em 1ª votação

Em mais um dia bastante movimentado no Palácio Maguito Vilela, a Assembleia Legislativa encerrou, nesta quinta-feira, 17, as deliberações da semana. No fim da noite, os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22, protagonistas dos debates na **Alego** pelo segundo dia consecutivo, terminaram aprovados pelo Plenário, em primeira fase de votação, durante a sessão extraordinária. As duas matérias são do Governo e se convergem para colocar em prática a criação de fundo de infraestrutura com contribuição de até 1,65% paga pelo setor do agronegócio, o Fundeinfra. Elas precisam receber o aval do Plenário, em mais uma votação, para que estejam aptas a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado (UB). Após o fim das deliberações, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSD), convocou uma sessão ordinária presencial para a terça-feira, 22.

O projeto de lei nº 10803/22 visa criar o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) na **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra). Já a proposição de nº 10804/22 tem o objetivo de alterar a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, que institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE), a Lei nº 13.194, de 26 de dezembro de 1997, e a Lei nº 13.453, de 16 de abril de 1999, que tratam de matéria tributária. Conforme a propositura, o objetivo é instituir contribuição facultativa a um fundo destinado a investimento em infraestrutura.

Ambos os projetos foram aprovados com 22 votos favoráveis e 16 contrários. Votaram a favor os seguintes parlamentares: Álvaro Guimarães (UB), Bruno Peixoto (UB), Dr. Antônio (UB), Rubens Marques (UB), Talles Barreto (UB), Tião Caroço (UB), Virmondos Cruvinel (UB), Amilton Filho (MDB), Charles Bento (UB), Francisco Oliveira (MDB), Lucas Calil (MDB), Thiago Albernaz (MDB), Zé da Imperial (MDB), Cairo Salim (PSD), Max Menezes (PSD), Wilde Cambão (PSD), Coronel Adailton (PRTB), Dr. Fernando Curado (PRTB), Julio Pina (PRTB), Jeferson Rodrigues (Republicanos), Rafael Gouveia (Republicanos) e Henrique César (PSC).

Além do presidente Lissauer Vieira, o grupo contrário contou, ainda, com os votos dos seguintes deputados: Antônio Gomide (PT), Delegada Adriana Accorsi (PT),

Alysson Lima (PSB), Amauri Ribeiro (UB), Sérgio Bravo (PSB), Helio de Sousa (PSDB), Major Araújo (PL), Zé Carapô (Pros), Claudio Meirelles (PL), Delegado Humberto Teófilo (Patriota), Delegado Eduardo Prado (PL), Paulo Cezar Martins (PL), Chico KGL (UB), Paulo Trabalho (PL) e Gustavo Sebba (PSDB).

Durante as discussões parlamentares, o presidente Lissauer Vieira subiu à tribuna para defender seu posicionamento contrário às iniciativas. Em discurso emocionado, disse aos presentes vivenciar, com tristeza, a taxação do setor do agronegócio. Essas pessoas não têm medo de arriscar e estão aqui, hoje, porque estão preocupados com o futuro .

E continuou. Não é fácil produzir grãos, gerar renda, gerar divisas. Vocês estão aqui porque estão com o coração doendo. Será que nós [parlamentares] vamos atrapalhar? . Lissauer Vieira acrescentou que essa 19ª Legislatura da **Alego** contribuiu, de forma decisiva, para aprovar outras medidas enviadas pelo Governo, com o objetivo de equilibrar as finanças do estado, e pediu apoio aos demais deputados para que votassem contra os projetos.

Outros posicionamentos

Durante todo o dia, os parlamentares se dedicaram às discussões acerca das proposições que se convergem para a criação do Fundeinfra. O deputado Helio de Sousa (PSDB), por exemplo, afirmou acreditar que a cobrança, a qual classificou como injustificável , irá sobretaxar o setor do agronegócio. Além disso, contestou a justificativa governamental de que a proposta seria necessária pela queda na arrecadação de tributos. As estatísticas mostram que não há essa perda de recursos. É um projeto que não tem fundamento . O parlamentar pontuou, ainda, sobre a forma de cobrança da contribuição, prevista nas proposições. Trata-se de uma contribuição compulsória, uma vez que aquele produtor rural que não aderir perderá incentivos fiscais , frisou.

Do lado da defesa da iniciativa, o líder do Governo no Parlamento goiano, Bruno Peixoto, argumentou que o Fundeinfra trará melhorias ao estado. O projeto

entregue pela Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) e pelo Fundo para o Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepéc) ao Governo de **Goiás** mostra, com muita clareza, os recursos que o nosso estado necessita para a recuperação de vias, pavimentadas e não pavimentadas, de pontes a serem recuperadas e construídas, pois sabemos que, para suportarem máquinas agrícolas e caminhões, precisam ser reforçadas, e, assim, o nosso governo vai agir, ponderou Bruno Peixoto.

Na ocasião, o líder governista reforçou, ainda, a seriedade do Executivo estadual, que visa, na perspectiva do parlamentar, beneficiar a população goiana. Essas ações, nesse primeiro momento, parecem ser difíceis, mas não tenham dúvidas de que dentro de quatro anos aqueles que, ora nos vão, estarão nos aplaudindo, porque vamos recuperar toda a malha viária do estado de **Goiás**, assim como fizemos em outras áreas.

Sessão ordinária presencial

No início da tarde, em sessão ordinária comandada pelo presidente Lissauer Vieira, dois projetos do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** receberam sinal verde para sanção. Ambos seguem, agora, para análise da Governadoria e possível sanção. Um pacote contendo 22 matérias com pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) também foi aprovado na Ordem do Dia. As proposições em questão seguem para a análise nas respectivas comissões temáticas.

Um deles, o de nº 10769/22, visa promover modificações na estrutura do órgão. O objetivo é criar a unidade administrativa denominada Chefia de Gabinete para conselheiros, auditores e procuradores de contas. O texto ressalta que não haverá qualquer incremento, impacto ou aumento de despesa com pessoal. No placar eletrônico, foram registrados 28 votos, todos favoráveis.

O outro, protocolado sob o nº 770/22, propõe instituir o regime de distribuição aleatória dos processos de contas aos respectivos relatores e conselheiros que integram a referida Corte. A medida tem por finalidade enaltecer o princípio da impessoalidade na distribuição e sorteio dos processos de contas, evitando, desta forma, qualquer espécie de vínculo que, em tese, possa surgir entre determinado relator e o grupo de órgãos e entidades públicas que formam a sua clientela bienal, estabelecido para o modelo atual.

Foi ainda durante a sessão ordinária que o presidente Lissauer convocou uma reunião extraordinária da CCJ e uma sessão plenária extra para logo após as deliberações do colegiado. As convocações foram

feitas a pedido do líder do Governo, deputado Bruno Peixoto, para que os projetos de lei nº 10803/22 e nº 10804/22 pudessem avançar na **Alego**. Isso porque, no início da tarde dessa quinta-feira, 17, as duas proposições se encontravam sob a análise da CCJ. As propostas precisaram ser enviadas ao colegiado após deputados apresentarem emendas durante a sessão extraordinária dessa quarta-feira, 16.

Site: <https://sdnews.com.br/noticia/6429/goias-projetos-que-tratam-da-criacao-do-fundeinfra-avancam-no-plenario-da-alego-e-recebe-aprovacao-e.html>

Comitês do Instituto Rui Barbosa abordam experiências durante Reuniões no VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

Alinhamento

Como parte da programação do VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), que aconteceu de 16 a 18 de novembro no Rio de Janeiro, o Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveu Reuniões Técnicas dos Comitês de trabalho da entidade. Os grupos voltados à Educação; Corregedorias e Ouvidorias e Controles Interno e Social; Gestão de Pessoas; Governança; Auditoria; Avaliação do Pacto Nacional da Primeira Infância; Jurisprudência, Súmula e Processo; Meio Ambiente; e Sustentabilidade, ligados ao Instituto, levaram para os encontros discussões sobre as ações, desafios e resultados dos respectivos Comitês.

Dentre essas reuniões, que aconteceram nesta quarta-feira (16/11), esteve a do Comitê Técnico de Educação do Instituto. O presidente do IRB e vice-presidente do **TCE** Ceará, **conselheiro** Edilberto Pontes, participou do momento e parabenizou a atuação do grupo. "Temos uma equipe muito grande realizando essas iniciativas, e é algo que temos que nos orgulhar. Estamos conseguindo integrar e realizar o nosso trabalho. Parabéns a todos vocês", declarou.

Na ocasião, a servidora da Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais II do **TCE** Ceará, Priscila de Castro, apresentou o eixo "Intersetorialidade na perspectiva da integralidade cidadã", destacando o desenvolvimento integral da criança. "Vamos tentar olhar para a intersetorialidade como olhamos para a governança. Nossa proposta é acompanhar os temas de forma integral. A ideia é olhar a criança para saber se ela acessa a escola, se permanece na escola e em quais condições", expôs Priscila.

Edilberto Pontes também participou da Reunião da ASUR (Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul) e esteve na solenidade de abertura do VIII ENTC, junto aos presidentes e representantes de outras instituições vinculadas ao Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

Já nesta quinta-feira (17/11), o presidente do IRB, **conselheiro** Edilberto Pontes esteve no 2º painel do evento, mediado pelo **conselheiro** Sebastião Helvecio Ramos de Castro (**TCE**-MG), sobre "Tribunais de

Contas e Políticas Públicas".

Edilberto reforçou a legitimidade dos TCs como avaliadores independentes das políticas públicas e citou práticas internacionais de Controle Externo que vão ao encontro da atuação brasileira. Como exemplos, falou do diagnóstico e dos apontamentos de auditorias realizadas sobre educação, pela General Accountability Office (GAO), nos EUA; desemprego entre jovens do Reino Unido, pela National Audit Office; e investimentos na área da saúde, pela Corte de Contas da França.

"A Constituição assegura a competência dos Tribunais quando prevê a legitimidade, economicidade e legalidade da aplicação dos recursos públicos", destacou o presidente do IRB, que dividiu o painel com o desembargador Federal do TRF da 2ª Região, Marcus Abraham, e o assessor da presidência do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, Halim Antônio Girade. Edilberto também prestigiou o lançamento do livro Controle Externo - 30 anos de Julgados de autoria do **conselheiro** José Wagner Praxedes (**TCE**-TO).

Também na quinta (18), o presidente do IRB, Edilberto Pontes e o presidente do **TCE** Ceará, **conselheiro** Valdomiro Távora, participaram da 4ª Reunião Ordinária do CNPTC - **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas**, na cidade do Rio de Janeiro.

A programação do evento conta com 8 painéis e conferências, 5 oficinas, 13 reuniões técnicas e a Assembleia Geral da Atricon. Durante o VIII ENTC também estão sendo apresentados os resultados da avaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) e do Programa Nacional de Transparência Pública. O evento segue até esta sexta-feira (18/11).

Site:

<https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5191-comites-do-instituto-rui-barbosa-abordam-experiencias-durante-reunioes-no-viii-encontro-nacional-dos-tribunais-de-contas>